

## Participação Comunitária

**1 – Introdução** – a rigor o indivíduo já é produto de uma participação, uma vez que é gerado a partir da união de um espermatozóide com um óvulo, oriundos do pai e da mãe, respectivamente, que participaram deste processo. Após a formação do embrião, este também já toma parte, ainda em formação no ventre materno, quando recebe os nutrientes necessários e eliminando as escórias oriundas do seu catabolismo, através do cordão umbilical. Ele também participa no sofrimento por qualquer dano que possa acontecer com sua progenitora, como também com qualquer substância nociva que ele possa absorver, podendo inclusive causar-lhe sérios danos, assim como pode participar das alegrias sentidas pela mãe.

Desse modo, o homem é um ser participante mesmo antes de nascer e continua nessa escalada por toda a vida, mesmo sem saber o que é bem isso. Os indivíduos tomam parte das mais variadas formas, a nível familiar, em sua comunidade, no âmbito do trabalho e nas diversas formas de luta, inclusive na luta política.

A participação é um processo que acompanha o homem desde os primórdios, pois nenhum ser humano pode viver isolado, senão com seus semelhantes. Portanto, ela é um processo cotidiano devido o descontentamento de todos gerado pelo fato das autoridades marginalizarem o povo dos assuntos pertinentes a todos, quando são decididos por uma minoria e, portanto, as populações impedidas de alcançar certas coisas tomam consciência de que fazer parte de um processo é uma necessidade premente de obter força política.

Por isso, a participação desperta o crescimento da consciência crítica da comunidade, fortalecendo o seu poder de reivindicação, preparando-a para obter mais influência na sociedade. Além do mais, por intermédio dela, consegue-se resolver problemas que individualmente parecem insolúveis, tais como a construção de uma escola, de um posto de saúde, de uma estrada, entre outras.

Sintetizando, a participação esta ligada intimamente à natureza social humana, tendo acompanhado a sua evolução desde os tempos primitivos, com a tribo e o clã, até as associação, empresas, conglomerações e partidos políticos atuais.

*Tudo leva a crer que a espécie humana só desenvolverá o seu potencial pleno, numa sociedade que fomente a participação dos indivíduos e desse modo, o futuro ideal do homem se dará numa sociedade em que todos participem.*

**2 – Definição** – participação (significa fazer parte, tomar parte ou ter parte), é o laço existente entre os indivíduos, fundado numa afinidade sentimental e primitiva, que une os membros de uma mesma comunidade.

O fenômeno da chamada ruralização urbana, em parte provocada pela falta de uma política agrícola que pudesse fixar o camponês à terra, e por outro lado, a industrialização tem sido o principal fator determinante do aparecimento dos grandes aglomerados urbanos, e assim explicando porque somente a partir do início da “**Revolução Industrial**” começaram a aparecer no mundo as grandes cidades. As populações economicamente ativas das áreas urbanas estão ocupadas principalmente nos setores secundário (industrial) e terciário (serviços) das atividades econômicas, com renda “**per capita**” mais elevada devido a uma melhor remuneração que as populações rurais.

As propostas de participação comunitária surgiram na Europa no final da década de 1.940, devido à necessidade de reforçar os processos de funcionamento da democracia que estavam deteriorados desde a crise que começou no período entre as duas grandes guerras; assim como também uma forma de desviar as responsabilidades que aumentavam no “**Estado Moderno**” para os cidadãos. A participação das diversas populações nas diferentes marchas sociais esteve sempre presente na oratória sobre as soluções dos problemas sociais, há algumas décadas, especialmente nos países capitalistas do terceiro mundo.

O fenômeno da urbanização produzido inicialmente pela industrialização somou-se ao da ruralização urbana, onde ocorre a formação (em um pouco espaço de tempo) de grandes aglomerados periféricos, que se instalam de qualquer modo, sem a menor infra-estrutura e produzindo as favelas, mocambos, cortiços e similares (verdadeiros guetos), com todas as suas repercussões sociais, produzidas pela falta de trabalho, escolas, serviços de água potável e esgotamento sanitário adequados, serviços de saúde eficientes e para cobrir a demanda, e outros serviços, essenciais; bem como a falta de consciência sanitária desses “**invasores**”, resulta no elevado coeficiente de doenças transmissíveis, com índices muito superiores (cerca de 10 vezes ou mais) ao dos países desenvolvidos, ceifando e inferiorizando milhões de brasileiros.

A palavra gueto (do italiano ghetto, por sua vez proveniente do hebraico ghet, “**divórcio**”, segregação – bairro em qualquer cidade habitado por populações segregadas socialmente) dos países desenvolvidos; nas palhoças, nas favelas, nos mocambos e nas choças que começaram a circundar as cidades em desenvolvimento, com seus acampamentos e imundos abrigos de milhões de migrantes que fugiram da miséria rural. As pressões aumentaram mesmo onde o surto de progresso trouxe uma propriedade de rápida ascensão amplamente difundida.

Por outro lado, a industrialização da agricultura e a falta de uma política agrária adequada para a fixação do camponês, acelerou o processo de expulsão do trabalhador rural e baixou a capacidade de absorção de mão-de-obra, em geral, e de técnicos de nível médio, em particular. A industrialização desloca grande quantidade de trabalhadores rurais, que, em busca de algumas ocupações, vão engrossar os bolsões de pobreza e miséria na periferia dos grandes centros urbanos. Com precária ou nenhuma qualificação, esses trabalhadores são incorporados basicamente pelo mercado informal.

Essas “**comunidades periféricas**” formadas às pressas, com pessoas oriundas dos mais variados lugares, inicialmente, não possuem consciência de objetivos comuns, pela falta de vivência, porém à medida que o tempo passa, começam a desenvolver noções (ainda incipientes) disto; pelo fato de que as necessidades básicas não satisfeitas pertencem a todos. Esta “**consciência problemática**” desperta nesses moradores, de uma certa maneira, a algum tipo de participação no que tange a reivindicações de direitos, mesmo de uma forma precária (desorganizada), iniciando o processo de participação.

Com o fenômeno conhecido como globalização (a miséria já está globalizada há muito tempo) as comunidades rurais e das pequenas cidades, sofrem da mesma maneira que os favelados ou “**periféricos**” das cidades maiores, uma vez que os governos (municipal, estadual e federal) não conseguem resolver (se é que querem) os problemas de todos. Se o clamor é maior na zona urbana, onde o poder de pressão é maior, o setor rural fica relegado a um segundo ou terceiro plano, ou quem sabe a um último plano.

Em diversas comunidades rurais e favelas urbanas, até bem pouco tempo, alguns habitantes participavam de discussões e movimentos sobre a melhoria das condições locais. Aos poucos, com o passar dos tempos, alguns deles, por necessidades, tomaram a iniciativa de apresentar reivindicações ante aos poderes públicos, ao mesmo tempo em que tomavam parte em ações de melhoria. Após uma série de debates e discussões em suas associações comunitárias,

encaminhavam às autoridades queixas e demandas de serviços de água, esgotos, eletricidade, transportes, educação, segurança, saúde, lazer, entre outros.

**Nota – este texto é, na realidade, uma breve introdução, por isso queremos esclarecer aos interessados no assunto, que para obter o texto na íntegra (total), basta solicitá-lo, que atenderemos todos os pedidos e enviaremos os mesmos pelos Correios e Telégrafos; portanto, entre em contato conosco através dos nossos telefones ou e-mail.**

**À Direção.**

**Maceió, Janeiro de 2.012**

**Autor: Mário Jorge Martins.**

**Prof. Adjunto de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).**

**Mestre em Parasitologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).**

**Médico da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).**